

Subjetivação necropolítica e a materialidade do pós-estruturalismo

Yuri Bataglia Espósito¹

313

Resumo: As teorias pós-estruturalistas podem ser produtivas aos debates atuais sobre racialidade, sexualidade, gênero e interseccionalidade. Este artigo recupera propostas metodológicas de Michel Foucault como a *micropolítica* e a *genealogia do poder*, abordando as *tecnologias discursivas de dominação* e os *dispositivos biopolíticos de subjetivação*. Em autores como Achille Mbembe e Paul Preciado, os conceitos foucaultianos são operacionalizados expondo como a *dominação discursiva* está atrelada à *subjetivação necropolítica* dos grupos populacionais racializados e sexualizados. A metodologia interseccional evidencia a operação social de um conjunto de regimes de poder, como o racismo, o sexismo e o capitalismo, que conjuntamente constroem organizações sociais hierárquicas e exploratórias, produzindo condições de vida precarizadas e violentas. A metodologia *micropolítica-genealógica* problematiza a centralidade e a neutralidade estatais, e também o *estrutural-economicismo* presente nas teorias marxistas de viés ortodoxista; assim, contribui-se para a crítica e o combate aos diversos regimes de dominação política e discursiva que operam imbricados.

Palavras-chave: Micropolítica; Necropolítica; Interseccionalidade; Saber-poder; Subjetivação.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS-UFSCar). São Carlos – SP, Brasil. E-mail de contato: yuriesposito@hotmail.com.

Introdução: Biopoder e dominação discursiva

a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizariam fora do campo do poder político.
Michel Foucault (2010, p. 202)

Emergindo na França a partir da década de 1960, a corrente de pensamento chamada *pós-estruturalista* propunha, por meio da articulação entre a filosofia e as ciências sociais, uma crítica aos fundamentos do saber acadêmico europeu. A partir da noção de que formações discursivas como as “ciências humanas” estão sempre atreladas a formações de poder, autores como Jacques Derrida, Michel Foucault e Gilles Deleuze promoveram a desnaturalização de diversas premissas do pensamento social hegemônico na época, bem como de diversos aspectos da organização social que se apresentavam como incausados. Desmistificando a naturalidade politicamente engendrada pelos discursos oficializados sobre as formações sociais, tais teorias críticas possibilitaram ampliar o escopo das ciências sociais, diversificando o campo de questões que poderiam ser consideradas *políticas*.

314

No entanto, o impacto do pós-estruturalismo sobre as ciências sociais se mostra desigual; embora venham influenciando crescentemente a antropologia e a sociologia, é perceptível que algumas áreas de saber como a ciência política ainda hoje resistem a tais concepções. Essa resistência epistêmica tem consequências negativas ao debate acadêmico e também às ações de movimentos sociais: o apego tradicionalista de muitas teorias políticas contemporâneas faz com que suas formulações tenham cada vez menos eficácia descritiva perante a complexidade emaranhada das relações sociais, negligenciando diversos campos da vivência humana.

Assim, este artigo pretende apresentar algumas contribuições do pós-estruturalismo que podem ampliar o campo cognitivo da ciência política, ressaltando o caráter eminentemente político de certos aspectos das relações sociais que são naturalizados e ignorados pelas teorias políticas clássicas. Arraigada em classicismos epistêmicos como o *institucionalismo* e o *estrutural-economicismo*, grande parte da ciência política produzida atualmente no Brasil deixa de abordar e

problematizar questões como a *atuação política das formações discursivas*, os *processos de subjetivação* e a *interseccionalidade dos regimes de dominação*.

Dessa maneira, investigo como certas noções teóricas do pós-estruturalismo podem ser produtivas para a descrição de problemas sociais, sobretudo para estudos que abordam a racialidade e o gênero. Partindo do trabalho de Foucault (2014, 2010, 1999), exploro a pertinência das metodologias *micropolítica* e *genealógica* para o estudo das relações de dominação interseccionais, especialmente no que se refere à capacidade de afecção social dos discursos hegemonizados. Ressalto nas obras de Achille Mbembe (2018a, 2018b) e Paul Preciado (2014, 2008, 2018) certas continuidades metodológicas com a teoria foucaultiana, principalmente quanto à noção de *produção das subjetividades-corpo*.

Os estudos sobre relações raciais e de gênero vêm ganhando mais espaço nas ciências sociais recentemente; a inserção desses debates nos espaços de saber institucionalizado deve ser entendida como conquista das lutas históricas de movimentos sociais como o movimento negro, os movimentos feministas e os movimentos de dissidentes sexuais e desobedientes de gênero (MOMBAÇA, 2016). Os grupos populacionais racializados e sexualizados desenvolveram historicamente metodologias discursivas e políticas em resistência às dominações colonial, racista e cisheteropatriarcal. Os estudos interseccionais (AKOTIRENE, 2018; MCCLINTOCK, 2010) entendem que as supremacias branca, masculina, cishetero e cristã são regimes de dominação que funcionam imbricados; a dominação interseccional produz condições de precariedade e violência para a vivência coletiva de diversos grupos sociais: pessoas negras e indígenas; pessoas mulheres, femininas, dissidentes do regime político heterossexual e desobedientes da cisgeneridade compulsória; bem como sobre pessoas com deficiência, gordas e não-cristãs.

Assim, a metodologia interseccional, proveniente do feminismo negro, ressalta que existem diversos regimes de dominação operando conjuntamente; no entanto, esse entendimento enfrenta resistência em certos movimentos sociais que apreendem a dominação política e a desigualdade social apenas através de marcadores econômicos e estatais. Em diversos movimentos políticos e teóricos que se pretendem críticos e emancipatórios predomina um *estrutural-economicismo* e um *institucionalismo* que se propõem como um *ortodoxismo teórico*, um purismo

metodológico que não se deixa ceder a outras leituras da sociedade. Apesar da importância dos estudos marxianos e marxistas e da continuidade da luta contra a dominação capitalista, negligenciar o estudo de outros códigos ordenadores sociais tem como consequência a reprodução da desigualdade social de raça e gênero.

Dessa maneira, apresento como a metodologia *micropolítica-genealógica* tece críticas ao estrutural-economicismo e ao institucionalismo que podem ser exploradas para o desenvolvimento das teorias e militâncias interseccionais. As teorias pós-estruturalistas são apreciadas a partir de certas continuidades presentes nos estudos de racialidade, sexualidade, gênero e interseccionalidade, percebendo diversas formações políticas e discursivas que afetam a socialidade, para além dos marcadores econômicos e jurídico-institucionais. Assim, atentando para a interseccionalidade da dominação, este artigo traz uma investigação sobre dois aspectos da materialidade social que são problematizados e desnaturalizados pelo pós-estruturalismo: os *processos de subjetivação necropolítica* promovidos pela dominação racial-colonial-sexual própria do *biopoder*; e os *dispositivos político-discursivos de dominação* operados pelas *formações discursivas hegemônicas*.

316

1. Achille Mbembe e a dominação colonial

*não há significância sem um agenciamento despótico,
não há subjetivação sem um agenciamento autoritário*
Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996, p. 44)

O trabalho de Achille Mbembe, que condensa estudos sobre o racismo e a colonialidade, é diretamente tributário das teorias pós-estruturalistas, apoiando-se na percepção de que há uma relação de interdependência entre as formações políticas que produzem dominação social, as formações discursivas que atribuem significado ao mundo e as formações subjetivas que diferenciam e organizam as populações. No regime *necropolítico*, crise e pobreza, violência e morte são produzidas politicamente, e dependem de discursos naturalizantes para sua eficácia. Mas quando ou onde teria começado esse regime de poder que Mbembe nomeou, em que a política é “o trabalho da morte” (2018a, p. 16), é a “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Idem, p. 5)? A *genealogia* problematiza

questões desse tipo, entendendo que discursos que se referem a uma “origem” são sempre condicionados politicamente e possuem funcionalidades políticas.

O conceito de necropolítica desenvolvido por Mbembe busca expandir a noção de *biopoder* desenvolvida por Michel Foucault. A partir de *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1999), Foucault desenvolve metodologias que permitem o estudo de diversas formas de *relações de poder*: segundo o autor, em todo tipo de relação social estão presentes relações de poder, e não apenas no poder estatal, como diz a teoria política clássica. Assim, através de dispositivos políticos diversos, o biopoder produz e regula as pessoas em seus corpos e subjetividades, e as organiza em populações ou seções sociais.

Mas o biopoder não surgiu com a modernidade, substituindo o monárquico poder soberano: o entendimento do biopoder se dá através do estudo de dispositivos variados em que o poder atua gerando/gerindo os corpos e as populações, e não através do estudo de uma instituição específica com surgimento histórico único e bem delimitado. A crítica *microfísica* é operacionalizada para mapear diferentes táticas e estratégias de poder, que não estão condensadas numa agência única e central como o estado jurídico-burocrático; essa ferramenta epistêmica desconstrói a história oficial que a política institucional faz de si mesma, fundada em narrativas hegemônicas sobre o surgimento da monarquia ou do estado moderno, instituições colocadas como fontes unívocas e uniformes do poder.

317

Em vez de privilegiar o estudo das leis institucionais do poder estatal, a *micropolítica* ou *microfísica do poder* destaca que estão em operação social diversos outros *dispositivos de poder* ou *táticas políticas*. A *genealogia do poder* investiga essas táticas políticas a partir de suas transformações históricas e seus usos variados, e não como apenas intrínsecas ao aparato estatal: Foucault entende que o estudo do poder não deve naturalizar a formação da institucionalidade burocrática, pois ela seria apenas uma contingência histórica que condensa um grupo de táticas políticas (1999, pp. 88-89). Assim, as diversas tecnologias políticas que são operacionalizadas pelo biopoder não foram necessariamente “inventadas” nos últimos séculos: uma formação de poder apenas reagrupa e intensifica táticas de poder que já funcionavam em outros lugares, ainda que de outras maneiras e sob outros estatutos.

As táticas biopolíticas são operacionalizadas pelo poder estatal – e por outros poderes –, somando-se às táticas de poder jurídicas, que foram promulgadas pelos teóricos políticos modernos como soberanas. Para a genealogia, são insuficientes narrativas históricas que entendam a origem de uma tática política ou de uma formação histórica apenas como próprias da época em que elas se tornam hegemônicas: entende-se que as origens oficializadas são sempre rearranjos e transformações de táticas que operavam dispersamente (FOUCAULT, 2010, p. 3 ss.). Para evitar a tendenciosidade das narrativas oficializadas de origem do poder, que são em si mesmas dispositivos de naturalização da dominação, é necessária uma investigação histórica para além dos discursos hegemonzados que as instituições jurídico-burocráticas propõem do que é e como funciona a “política”.

Portanto, Foucault entende que os dispositivos de poder biopolíticos, embora tenham se hegemonzado socialmente com o advento das “ciências modernas”, poderiam ser percebidos em outras épocas. O autor entende a “sexualidade” moderna como um desses dispositivos biopolíticos, operando como um governo dos corpos: o discurso científico que delimita e analisa a “sexualidade” funciona como estratégia de dominação. Dessa maneira, percebendo a *sexualidade* como o regime moderno de *produção das subjetividades-corpo*, o autor faz ao longo de sua obra um recuo histórico para perceber outros dispositivos que operaram estratégias políticas análogas.

Assim, ele rastreou, em outros regimes de poder, *formações estratégicas* com efeitos análogos aos da sexualidade – produção do corpo e da subjetividade –, como a do *uso dos prazeres* na filosofia grega antiga, a do *cuidado de si* na filosofia cristã primitiva e a da *confissão da carne* na pastoral cristã. Como pontuou Paul Preciado, o projeto da *História da sexualidade* de Foucault pode ser entendido como uma “história do biopoder” (PRECIADO, 2014, p. 89): a “sexualidade” não deve ser entendida como “o resultado negativo de tabus, repressões, proibições legais” agindo sobre relações e identidades que seriam biológicas, naturais e a-históricas, prévias às formações de poder; a *sexualidade* deve ser entendida como “o produto de tecnologias positivas e produtivas”, que constroem discursivamente a inteligibilidade dos sujeitos-corpo e as formas sociais de relação entre eles. Estudando os dispositivos médicos que incidiram a partir do século XVIII sobre o

“sexo”, as “mulheres”, os “prazeres perversos” e a procriação, Foucault (1999, pp. 21, 144) entendeu “o sexo” mesmo como produto performativo dos dispositivos discursivos médicos e estadísticos.

Seguindo a crítica genealógica das táticas de poder, Achille Mbembe (2018a, pp. 20-21, 38, 41-42; 2018b, pp. 17-18, 22, 47, 279-280) percebe o funcionamento de *dispositivos necropolíticos* que se desenvolveram historicamente desde as formações de poder coloniais. Os discursos históricos eurocêtricos e institucionalistas descrevem a “colonização” como demarcada no tempo pelos estados juridicamente coloniais; porém, Mbembe mostra como diversas táticas micropolíticas que se desenvolveram durante os estados burocráticos coloniais ainda se fazem presentes nas relações globais, promovendo condições de *colonialidade* mesmo após as proclamadas independências jurídicas. Assim, dispositivos de distribuição da precarização social e da violência que estavam condensados nas estratégias de poder do “período colonial” ainda estão em funcionamento: a colonização imperialista se atualiza em novos estatutos, dando continuidade às táticas de poder necropolíticas.

319

A formulação teórica da *colonialidade* costumeiramente procura perceber dispositivos colonialistas no período chamado “pós-colonial”, resultante da derrocada dos aparatos de governo europeus juridicamente coloniais após as lutas por independência nas Américas e na África. Para além disso, é possível considerar que dispositivos de poder característicos da colonização moderna eram operacionalizados pela dominação europeia desde a formação das rotas comerciais atlânticas no século XV, antes da formação burocrática dos estados coloniais (MBEMBE, 2018b, pp. 13-14, 34-35, 108-109). A exploração europeia nas Américas foi logo tomando a forma de dominação política burocrática; porém, no continente africano, os dispositivos de dominação colonial se faziam presentes de maneira estratégica mesmo antes da condensação formal dos estados coloniais que ocorreu majoritariamente apenas ao final do século XIX.

Definindo a colonialidade como um conjunto heterogêneo de dispositivos políticos e discursivos, Mbembe mostra em *Crítica da razão negra* que esses dispositivos continuam funcionando nos territórios que sofreram a colonização moderna, bem como já operavam de maneiras dispersas ou prototípicas desde a

formação dos projetos de conhecimento e de governo europeus do humanismo e da modernidade (MBEMBE, 2018b, p. 12). Para o autor, os lemas constitucionais da liberdade e da igualdade presentes nos projetos liberais e nas revoluções burguesas europeias devem ser entendidos como *ficções institucionais*, ao se levar em conta o projeto de dominação concomitantemente conduzido pelos povos europeus nos outros continentes, e especialmente no africano (Idem, p. 279).

Para que nos estados constitucionais europeus fosse produzida na população uma relativa condição de “sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação”, “livres e iguais” (MBEMBE, 2018a, p. 9), o aparato produtivo capitalista europeu que se formava produziu em contrapartida uma espoliação organizada sobre as populações africanas em proveito do complexo colonial atlântico. Operando transnacionalmente sob organização e lucratividade europeias, o comércio ultramarino fornecia às *plantations* americanas seu principal dispositivo de produção: pessoas africanas sob o estatuto de “escravas”.

320

Para que essa operação de gestão populacional funcionasse em termos mercantis, estava sendo conjuntamente construído e operado o imaginário racialista europeu, que não reconhecia humanidade semelhante à sua nas pessoas africanas, e as instrumentalizava como *pessoas-objeto*, *pessoas-mercadoria* e *pessoas-moeda*² (MBEMBE, 2018b, p. 14). Assim, enquanto os textos filosóficos e constitucionais liberais europeus promulgavam às suas populações uma subjetividade inalienável (embora lá também operassem formas de exploração), os procedimentos “proto-coloniais” racializantes alienavam a subjetividade das populações africanas escravizadas, que eram transformadas em *pessoas-coisa*, *pessoas-máquina*³ (Idem, p. 17), cujas vidas e mortes estavam a serviço dos desígnios daqueles que eram considerados seus donos.

Mbembe expõe que o modelo de depredação imposto pela colonialidade europeia às populações africanas depende de um paradigma de sujeição que articula figuras de saber (Ibidem, p. 27) criadas pelo discurso europeu da modernidade, que foi construindo performativamente a noção de *racialidade*. Assim, categorias

² Adaptação desmasculinizante dos termos “homens-objeto”, “homens-mercadoria” e “homens-moeda” utilizados por Achille Mbembe.

³ Idem à nota 2.

discursivas como “raça”, “negro” e “África” foram se desenvolvendo historicamente enquanto “*ficções úteis*”, forjando existências pretensamente naturais, biológicas e geográficas, mas que tinham base em preconceitos e *mitos de superioridade ontológica* eurocêntricos, enxergando e operando as populações racializadas enquanto existências objetificadas (Ibidem, pp. 28-29). Edward Said percebeu esse regime de discurso colonialista de maneira semelhante através do conceito de *orientalismo*, entendendo que representações e sistemas de ideias objetificantes têm uma articulação intrínseca com relações coercitivas de dominação e hegemonia, que ao mesmo tempo dependem de e reiteram esses discursos (SAID, 1990, p. 18).

Essas *formações discursivas* europeias colonialistas e racialistas podem ser entendidas como operadoras de princípios políticos característicos dos dispositivos de necropoder elencados por Mbembe. Os dispositivos políticos que produziam o estatuto jurídico desumanizado de “escravo” compreendiam uma complexa tecnologia estratégica e sistemática, que construía *político-discursivamente* essa categoria de trabalhador extremamente precarizada e objetificada com fins mercadorizantes. Essa condição de “escravo” implicava uma “expulsão fora da humanidade” e uma “perda de direitos sobre o seu corpo”, possibilitando que a pessoa escravizada juridicamente pertencesse ao senhor da *plantation* como um instrumento de trabalho, e não uma pessoa (MBEMBE, 2018a, pp. 27-28).

321

Nas Américas, a afluência de pessoas racializadas e escravizadas, privadas do estatuto jurídico de pessoa, propiciou enorme lucratividade para o capitalismo colonial. Porém, como ressalta Joseph Miller, a produção política desse estatuto de “escravo”, apesar de operar sob demanda e lucratividade das metrópoles europeias, também dependia de relações de conflito que ocorriam – e eram fomentadas pelo tráfico europeu – entre as populações africanas, e geravam lucro também a elites locais (MILLER, 1995, p. 180). Como traz Mbembe:

A partir de 1670, impunha-se a questão de saber como pôr para trabalhar uma grande quantidade de mão de obra, a fim de viabilizar uma produção comercializada ao longo de enormes distâncias. A invenção do negro constitui a resposta a essa questão. O negro foi de fato o elemento central que, ao permitir a criação, por meio da *plantation*, de uma das formas mais eficazes de acumulação de riqueza na época, acelerou a integração do capitalismo mercantil, da mecanização e do controle do trabalho subordinado (2018b, p. 45).

Tomando esse processo de produção do estatuto político de “escravo” como uma *objetificação populacional*⁴ imposta por uma dominação política que opera através de regimes de extração e depredação, pode-se considerar que certas funcionalidades desse processo não desapareceram com o tempo, mas apenas se transformaram ou foram substituídas por outras operações e estatutos reatualizados, que possibilitaram a continuidade de hierarquias e exploração sob outras formas institucionais. Mbembe considera que é próprio da ocupação colonial criar *fragmentações sociais* que operam através da divisão entre “quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018a, pp. 40-41).

Essa operação de *subjetivação necropolítica* mantinha a população africana escravizada em posição infra-humana, assim como ocorre atualmente com a população palestina sob a colonização israelense (Idem, pp. 41-46). Sistemas de estratificação e exploração também estão presentes em diversos outros territórios, afetando negativamente secções populacionais consideradas “menos humanas”, que não alcançam plenamente a condição da cidadania, como nas favelas brasileiras. Os dispositivos necropolíticos são estratégias violentas e destrutivas de gerir as populações, criando vidas em condições tão precárias que mal chegam a ser exploradas biopoliticamente, sendo relegadas a uma “humanidade supérflua” (MBEMBE, 2018b, p. 16), possibilitando assim a atualização de esquemas produtivos transnacionais que funcionam produzindo morte e espoliação.

Esse entendimento dos *dispositivos necropolíticos* coloniais aplicados pela dominação europeia sobre as populações africanas pode ser ampliado quando se considera que as ficções institucionais de matriz liberal também foram operacionalizadas para fundamentar os estados modernos europeus, que promoveram dominação e exploração também sobre as populações europeias. Como pontua Mbembe (Idem, p. 19), os dispositivos colonialistas e racialistas são múltiplos e se transformam, tendendo a produzir um “devir-negro do mundo”, com diversas táticas de *subjetivação precarizante* sendo aplicadas a outras populações e

⁴ Cabe salientar que as pessoas escravizadas não eram totalmente objetificadas; sua inserção nos sistemas de produção escravista promovia efeitos de objetificação, mas a vivência e a resistência das populações negras extrapolavam em vários aspectos uma redução absoluta de sua humanidade. Essa questão é abordada no comentário de Carla Akotirene sobre a noção de “vitimado” em bell hooks (AKOTIRENE, 2018, p. 112).

sob outras formas além da escravização moderna das populações africanas, promovendo situações de extrativismo e condições de destituição da capacidade de autodeterminação. Assim, um estudo genealógico dos dispositivos necropolíticos deve estar preparado para multiplicidades epistêmicas e revisões históricas que não se contentem com a axiomatização de passadismos metodológicos, podendo produzir novas territorializações teóricas que explicitem a operação de discursos e práticas precarizantes em suas mais variadas formas e abrangências, para além do institucionalismo burocrático.

2. Michel Foucault e a materialidade do pós-estruturalismo

O indivíduo é um efeito do poder.
Michel Foucault (2010, p. 26)

323

Mas o que seria esse “devir-negro do mundo”, que se alastra a grupos populacionais cada vez mais diversificados, sendo que a *racialização* ainda aparece operando como um *código ordenador* específico da diferenciação social precarizante? As relações de poder e dominação são orientadas por uma série de “marcadores sociais da diferença”⁵, que funcionam sempre em conjunto, imbricados. No entanto, apesar de inseparáveis, é possível discerni-los: uma pesquisa genealógica dos discursos e das relações de poder pode encontrar para cada um dos *discursos diferenciadores* _ como o racalista e o sexista _ o percurso histórico de seu desenvolvimento, promovido por dispositivos estratégicos de *saber-poder*. Faço um recuo teórico para as formulações de Foucault que desenvolvem essa questão.

⁵ Essa categoria epistêmica é comum nos movimentos sociais e na sociologia, mas pode ser desnaturalizada pelo estudo genealógico dos *processos de subjetivação*: as “marcas” usadas na diferenciação social não são naturais; é um *processo político-epistêmico* que *delimita e atribui significação* a certos caracteres corporais ou subjetivos, que não são naturalmente significativos para a diferenciação: a “marcação” e as próprias “marcas” são construídas historicamente. Há sempre uma separação entre os *nomes* produzidos discursivamente e as coisas e pessoas a que esses nomes são aplicados, cujas existências escapam à redução pretendida pelo nome. Prefiro entender essa noção através de categorias como “*códigos ordenadores*”, a partir de Foucault, ou também *discursos diferenciadores*, que evidenciam a produção discursiva dos termos que são articulados na diferenciação social.

O pensamento pós-estruturalista foucaultiano montou um grande conjunto de críticas que proporciona a *desnaturalização* dos mais diversos entendimentos sobre a sociedade, as relações sociais e os “indivíduos”. A própria separação entre “indivíduo” e “sociedade”, tema clássico do pensamento social, é problematizada, levando em conta que *processos de subjetivação* são tecnologias sociais que produzem os “sujeitos” como *efeitos* das relações de poder: “não se pode fazer nem a história dos reis nem a história dos povos, mas a história daquilo que constitui, um em face do outro, esses dois termos” (FOUCAULT, 2010, p. 142).

Uma das noções fundamentais que Foucault propôs é a da *microfísica do poder*, que produziu deslocamentos radicais em relação às teorias políticas hegemônicas. Desenvolvida especialmente a partir de *História da sexualidade I: A vontade de saber*, a proposta é romper com as bases “freudo-marxistas” (FOUCAULT, 1999, p. 38) que imperavam no entendimento das relações políticas e sociais. Foucault critica o que chama de “teoria repressiva do poder”, a visão institucionalista que entende o estado como a instituição política por excelência, fonte única das relações políticas, árbitro neutro das relações sociais, regulador soberano da sociedade através das leis. Para Foucault, esse entendimento é limitado, pois mascara boa parte dos dispositivos de poder operantes na sociedade: atentar apenas para as funcionalidades negativas da lei é uma ingenuidade analítica que negligencia todo o amplo aparato produtivo do poder, que compreende diversas outras operações estratégicas para além da proibição.

Esse discurso que postula o estado e as leis como instituições acima de toda a sociedade, como capazes de serem instâncias reguladoras neutras perante os conflitos sociais, pode ser localizado historicamente: serviu estrategicamente como a própria “linguagem do poder”, a “representação que [ele] deu de si mesmo” para conseguir “se implantar” e “fazer-se aceitar” (Idem, p. 84); é “o código segundo o qual ele se apresenta e prescreve que o pensem” (Ibidem, p. 85). Foucault entende que esse discurso oficializado sobre o poder, que só atenta para as funções proibitivas da lei, funciona como uma suavização, pois invisibiliza a maior parte de seus campos de efeito, que estão bem além – e aquém – das funções estatais. O *poder* não está só nas relações da política institucional, mas é “imane” a todos os “outros

tipos de relações”, como, por exemplo, “processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais” (Ibidem, p. 90).

A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de uma dominação; [...] se deve compreender o poder, primeiro, como a *multiplicidade de correlações de força* imanentes ao domínio onde se exercem e *constitutivas de sua organização*; [...] o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes se transforma, reforça, inverte; [...] os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as *estratégias* em que se originam e cujo esboço geral ou *cristalização institucional* toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas *hegemonias sociais*. [...] E ‘o’ poder, no que ele tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto (Ibidem, 1999, pp. 88-89, grifo nosso).

325 Assim, é prudente se distanciar de uma visão que abarque somente os aspectos jurídico-institucionais do poder, pois há todo um conjunto de *procedimentos de poder* com funcionamentos diversos que não são da ordem de uma teoria prescritiva, mas de uma *física do poder*: deve-se atentar para *estratégias, táticas*, ações que compreendem correlações de força em diversos campos e não apenas a partir das constituições nacionais e dos códigos legais. Essa série de procedimentos *micropolíticos* funciona “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle” (Ibidem, p. 86).

Outra noção fundamental no pensamento foucaultiano é a de *saber-poder*, que ressalta o imbricamento entre o poder e as *formações discursivas*: o “conhecimento” produzido pela sociedade não deve ser entendido como uma massa única e homogênea, neutra e objetiva, capaz de descobrir e inventariar uma verdade que seria intrínseca à natureza ou à sociedade. Foucault entende que há uma rede de *saberes* descontínuos e heterogêneos dispersos pela sociedade, notando que a existência de saberes oficializados é um efeito de correlações de força e táticas de dominação que operam nessa rede de saberes heterogêneos – “um imenso e múltiplo combate *dos saberes uns contra os outros*” (FOUCAULT, 2010, p. 151). Para ele, o funcionamento mais importante de um discurso não é a coerência interna de seu conteúdo narrativo, mas a coesão externa que o coloca em correlação com sistemas de relações de poder: é preciso atentar para uma

‘economia’ dos discursos, ou seja, sua *tecnologia* intrínseca, as necessidades de seu *funcionamento*, as *táticas* que instauram, os *efeitos* de poder que os *sustêm* e que *veiculam* – é isso, e não um sistema de representações, o que determina as características fundamentais do que eles dizem (FOUCAULT, 1999, p. 67, grifo nosso).

Em *Aulas sobre a vontade de saber*, Foucault questiona o princípio aristotélico de que haveria uma verdade a ser descoberta na natureza e que “o homem” seria capaz de extraí-la (FOUCAULT, 2014, pp. 6-9). A “vontade de saber” seria, nessa visão clássica, natural, pois prazerosa. No entanto, observando a inextricabilidade entre as relações de saber e de poder, Foucault entende que esse princípio epistêmico naturalista é também político, e o “conhecimento” nunca é neutro: conhecer a natureza é uma forma de dominá-la – não apenas um *meio* para dominá-la, mas o ato de saber em si já é um ato de dominação. Não apenas, mas, certamente, um meio de instalação e intensificação de poder: há um campo de *afecção material dos discursos*. Formações discursivas são saberes que têm função estratégica nas relações de dominação, pois, como faz a operação epistêmica do pensamento aristotélico, discursos hegemonzados naturalizam, vereditam a ordenação social e as táticas de poder: as

326

múltiplas relações de poder [...] não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um *funcionamento do discurso verdadeiro*. Não há exercício de poder sem uma certa economia de discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. [...] somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 2010, p. 22, grifo nosso).

Esse entendimento foucaultiano – que relações de poder dependem de formações discursivas, por estarem nelas imbricadas – complexifica, quase invertendo, o *estrutural-economicismo* do ortodoxismo marxista – que entende que uma “estrutura” econômica determina uma “superestrutura” “ideológica”. As teorias marxianas e marxistas têm grande importância histórica e atual na denúncia da dominação capitalista; porém, é possível complexificar a *crítica marxista* ao “sistema de produção capitalista” a partir de suas *continuidades* com as críticas pós-

estruturalistas, interseccionais e decoloniais, que problematizam o estrutural-economicismo de três maneiras.

Para o pós-estruturalismo, a dominação pode ser reconhecida em outros dispositivos sociais para além de uma centralidade da economia e das institucionalidades governamentais, nas operações *micropolíticas* das múltiplas relações de poder. Para a metodologia interseccional, a dominação de “classe” é fundamental na organização das relações sociais hierárquicas e exploratórias, mas não é dissociada nem mais importante que os outros *regimes de dominação*, como o racismo e o sexismo. Por fim, as teorias decoloniais entendem que a *dominação capitalista* moderna, que operava o regime de trabalho assalariado sobre a população branca, está intrinsecamente relacionada à *dominação colonialista*, que operava o regime de trabalho escravizado sobre as populações negras.

327

Mas o principal distanciamento do pós-estruturalismo com relação ao estrutural-economicismo do ortodoxismo marxista se encontra na crítica à naturalização das formações sociais. A genealogia dos discursos ressalta que o exercício do poder e a ordenação social hierárquica e exploratória não existem sem discursos tomados como verdade: *discursos naturalizados* promovem necessidades coercitivas de adequação e sujeição aos regimes de poder hegemônicos que regulam e organizam os meios de vida. As *estratégias de dominação* dependem de *táticas discursivas* que fundamentam sua legitimidade, justificam sua aceitabilidade, naturalizam sua necessidade. Mas não é um estruturalismo invertido; os discursos não são ontologicamente anteriores aos regimes de poder: ambas as estratégias estão imbricadas, são indissociáveis, são faces de uma mesma formação estratégica, o *saber-poder*.

A visão estrutural-economicista ainda é recorrente em interpretações políticas da sociedade que se pretendem críticas, sendo repetida por ortodoxismos marxistas como fórmula mágica de decifração das relações de dominação. Essa concepção funciona como um bloqueio epistêmico, que força uma homogeneidade para o pensamento que se pretende emancipatório, produzindo um apego a formulações que são localizadas política e historicamente, mas tomadas como verdades eternas. A produção de ortodoxia funciona deslegitimando o que proclama como “heterodoxias” – saberes “outros” que funcionam como heterogeneidades epistêmicas

imprescindíveis enquanto se espera a mítica “revolução” ortodoxa. Negligenciando ampliar suas próprias ferramentas de saber-poder, essa esquerda economicista e institucionalista perde cada vez mais capacidade de eficácia transformadora, além de se manter abstraída dos efeitos de dominação interseccional que propaga, ao naturalizar diferenças e identidades sociais e abster-se de problematizar seu próprio *lugar de fala* (RIBEIRO, 2017).

Para a esquerda, as questões feministas, da homossexualidade, da transexualidade, do uso de drogas, e também das relações racializadas de poder, ou dos conflitos pela soberania indígena, são questões secundárias com respeito à verdadeira, honrosa e viril luta de classes. Suely Rolnik inverte essa relação e afirma que não há possibilidade de uma transformação das estruturas de governo sem a modificação dos *dispositivos micropolíticos de produção da subjetividade* (PRECIADO, 2018, p. 19, grifo nosso).

328

Para o pensamento pós-estruturalista foucaultiano, a *subjetividade*, e mesmo a noção filosófica de “sujeito”, são caracterizadas como *efeitos-instrumento* das relações de poder⁶ (FOUCAULT, 1999, p. 45). Essa concepção de que os sujeitos são constituídos através de regulações e controles políticos e sociais vai de encontro à ideologia naturalizante do “indivíduo” ou “sujeito” moderno, que foi desenvolvida principalmente pelo pensamento iluminista liberal⁷, mas que também foi reificada por certos marxismos ortodoxistas, que tendem a naturalizar o biopoder e a dominação interseccional. Mas também é possível ver continuidades entre as críticas marxianas e as críticas pós-estruturalistas e pós-coloniais. Certamente, os pensamentos marxiano e freudiano já delineavam uma desestabilização da noção liberal de “sujeito”, que postulava que as pessoas são soberanas, racionais, livres e iguais, têm todas (a mesma) capacidade e oportunidade de escolher como viver, como se cada pessoa tivesse total agência e controle sobre si mesma: a “luta de classes” e o “inconsciente” afetam e impedem a soberania da agência individual.

⁶ As relações de poder “sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos. [...] o que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. [...] O indivíduo é um efeito do poder” (FOUCAULT, 2010, pp. 25-26).

⁷ Em *Em Defesa da sociedade*, Foucault critica principalmente o pensamento de Thomas Hobbes. Cf. especialmente “Aula de 4 de fevereiro de 1976” (FOUCAULT, 2010, pp. 73-96).

A crítica de matriz pós-estruturalista a esse “sujeito” liberal não diz que não há nenhuma forma de agência, ou de resistência, mas promove um entendimento dos corpos e comportamentos desvinculado de causas que seriam individuais e específicas a cada pessoa, buscando perceber o que nas pessoas é atravessado pelas condições sociais que estão “fora” desse limite individualizante do “corpo”. Assim, se promove uma crítica aos *efeitos de identidade* que não é individualista – como acusam certos movimentos essencialistas sobre o tema da “identidade” –, mas que pensa em efeitos coletivos, de grupo, em termos de populações, sempre em relação umas com as outras. Como coloca Jota Mombaça (2017, n.p.),

o que está sendo evidenciado pela maior parte dos ativismos do local de fala não são identidades, mas, mais precisamente, posições e que o conceito de posição, talvez diferentemente do conceito de identidade, incorpora já um certo grau de anti-essencialização estratégica. Assim é que, ao marcar a cisgeneridade numa certa experiência, o que se está a fazer não é afirmar inequivocamente o encaixe preciso entre a experiência de um corpo cis e a sua marcação categórica, mas, sim, está-se evidenciando o modo como a inscrição de um certo corpo como cis (isto é, como um corpo relativamente coerente à designação compulsória de gênero) no marco da cisnormatividade posiciona este corpo numa relação inequívoca de poder perante os corpos não inscritos da mesma maneira.

329

Assim, se expande a capacidade investigativa com relação à *subjetividade*, escapando à visão de que tudo é determinado pelas relações econômicas e seríamos apenas, *binariamente*, burguesia ou proletariado. Por exemplo, um índice: em *Testo Junkie*, Paul Preciado se propõe a mostrar como os corpos são atravessados pelas hierarquias sociais, pelas inovações tecnológicas, pelas redes de comunicação e vigilância, pelas instituições de repressão, pelas indústrias bioquímicas e pelos grupos de opinião (PRECIADO, 2008, p. 15).

Segundo Preciado, “Foucault abandona a noção de sujeito autônomo e soberano que possui/cede o poder, para propor uma concepção do sujeito local, situado, produto de uma relação de poder específica” (PRECIADO, 2014, p. 155). O poder não emana estruturalmente das relações econômicas e estatais, mas é definido como um conjunto múltiplo de técnicas produtivas, “que geram as diferentes posições de sujeito” (Idem, p. 156). Ademais, tomar a economia como determinante menospreza as “técnicas de sujeição polimorfos”, ou as “múltiplas

formas de dominação que podem se exercer no interior da sociedade” (FOUCAULT, 2010, p. 24). Como coloca Silvio Almeida (2018, p. 75),

O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que ainda que se articulem com as relações de classe, não se originam delas e, tampouco *desapareceriam com ela*: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais.

Dessa maneira, é conveniente desobstruir o entendimento do poder, que se encontra limitado no pensamento marxista ortodoxo pela necessidade epistêmica estruturalista de atrelá-lo apenas ao estado e à economia: como propõe Foucault, “em vez de conceder um privilégio à lei como manifestação de poder, é preferível tentar localizar as diferentes técnicas de coerção por ele empregadas” (FOUCAULT, 2010, p. 255). Abandonando o modelo jurídico da soberania política estatal, percebendo sua historicidade e sua operatividade dominatória, é possível entender a sociedade e as existências sociais não como “estruturas” essencializadas, mas como processos dinâmicos e contínuos. Não se pode tomar como naturais, fixas e imutáveis, apolíticas, as formas sociais que se apresentam, nem mesmo a conformação social do “sujeito”:

Dever-se-ia tentar estudar o poder não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação na medida em que ela é que determina os elementos sobre os quais incide: [...] deve-se investigar como as relações de sujeição podem *fabricar sujeitos* (Idem, 2010, p. 255, grifo nosso).

A noção de *sujeito-efeito* é, portanto, outro operador central das teorias pós-estruturalistas; ela é derivada do pensamento de Friedrich Nietzsche, como mostra Judith Butler em *Excitable Speech*: “aquele que age (que não é o mesmo que o sujeito soberano), age precisamente porque [...] é constituído como um ator” (BUTLER, 1997, p. 45, tradução nossa). Para Nietzsche, a distinção entre “ato” e “ator”⁸ é ficcional, é um efeito da noção de “sujeito” individualizado do pensamento europeu moderno: é a “moral” – ou as “formações discursivas” hegemônicas – que requer e institui um sujeito, para lhe imputar/atribuir culpa – como sujeito jurídico – sobre atos que ele não tem controle, já que não há agência soberana. Assim, o “ator” é

⁸ “*Deed*” e “*doer*” no original.

apenas uma ficção dentro de um “ato” em processo – a ordenação social hegemônica que nomeia e posiciona os grupos populacionais: não há “sujeito” prévio aos atos sociais, discursivos.

Porém, Butler aponta que há um problema nessa visão de Nietzsche de abolir totalmente a agência dos sujeitos, já que um enunciado precisa de uma situação em que alguém o profira para se materializar, se atualizar. Assim, apesar de ver agência nos discursos – ou na “moral” –, não se deve abolir totalmente a agência dos sujeitos; Butler, a partir do pensamento de Jacques Derrida, propõe uma noção de *responsabilidade*, pensando que o sujeito é responsável por reproduzir e reinscrever a violência, mesmo ele não sendo a origem do discurso violento, ou não tendo a intenção de reproduzir violência (Idem, p. 45).

Essa noção de *produção da subjetividade* é fundamental para tratar do conjunto de tecnologias de poder que Foucault vê emergir a partir do século XVII e que chama de *biopoder*. Como abordado anteriormente, nesse momento histórico ocorre intensificação e transformações nas técnicas de subjetivação. Nessa época, surge a noção de *população* como “problema econômico e político” (FOUCAULT, 1999, p. 128), e um conjunto de “controles reguladores” (Idem, p. 131) do corpo enquanto espécie; em outro nível, consolida-se o entendimento do “corpo como máquina”, e uma série de táticas anatomopolíticas individualizantes que se aplicam sobre os *corpos* como *disciplinas* (Ibidem, p. 131).

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (Ibidem, 1999, p. 132).

Entre as diversas tecnologias e táticas do biopoder, estão aquelas que operam “como fatores de segregação e de hierarquização social, [...] garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens [sic] à do capital” (Ibidem, p. 133). A partir da obra de Foucault, entendo que *relações de dominação* – como o capitalismo, o colonialismo, o racismo, o sexismo – só existem juntamente a *dispositivos de distinção ontológica*, de segmentação social, a diferenciação de dois ou mais termos que estariam *em relação*, e não em unidade. São processos de identificação e de classificação das pessoas agrupadas em

sociedade que permitem “distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (Ibidem, p. 135).

Considerações finais: Ficções institucionais

A partir de pensadoras da colonialidade, da racialidade, da sexualidade e da interseccionalidade, percebe-se a presença histórica e cotidiana de dispositivos políticos de *produção da desigualdade social* nas ações políticas e na organização social dos últimos séculos pautados na “raça”, no “sexo” e na “classe”. Esses “marcadores sociais da diferença” – ou *códigos ordenadores* dos corpos e das populações – são entendidos pela metodologia interseccional das autoras do feminismo negro como operando *imbricados*, sendo categorias cruciais para entender como se organiza a sociedade e as relações de dominação e exploração. Não apenas as diferenças e desigualdades são históricas e políticas, mas as próprias categorias ontologizantes com que as pessoas são identificadas e se identificam – como “mulher” e “homem” – existem a partir dessas organizações históricas de iniquidade: elas expressam a *performatividade efetiva* dos discursos das “ciências humanas” e sociais em produzir categorias epistêmicas que mais constroem a socialidade do que a representam.

332

No funcionamento histórico e cotidiano das sociedades regidas pelos estados constitucionais, que se dizem justos e igualitários, existem *posições sociais de privilégio* ocupadas por certos grupos sociais, enquanto outros grupos são relegados a *posições sociais de precariedade*, vulnerabilidade e subcidadania. O capitalismo liberal não é o único projeto político de dominação social, ele funciona junto com os projetos políticos totalitários das supremacias masculina, branca, cishetero e cristã, além de outros dispositivos de normatividade política como o poder médico, a indústria farmacêutica e a indústria cultural.

Uma análise da organização social através da ferramenta epistêmica *interseccional* desenvolvida pelo feminismo negro percebe que pessoas homens, brancas, cishetero, ricas e cristãs ocupam hegemonicamente os espaços de poder da sociedade, como a política institucional, o controle de partidos e movimentos políticos, os espaços de saber oficializado, os empregos valorizados e bem pagos, os

cargos de mando, o controle das indústrias culturais, e o usufruto seguro do espaço público e dos direitos civis, sociais e políticos. Enquanto isso, nessas sociedades “democráticas” que escrevem leis que proclamam promover a igualdade e a liberdade, vê-se que pessoas mulheres, dissidentes sexuais, desobedientes de gênero, pessoas racializadas, empobrecidas, com deficiência, gordas e não-cristãs estão sujeitas a viverem em condições de precariedade e violência, não acessando a condição de *cidadania* que os poderes institucionais e jurídicos dizem que é para todas as pessoas.

A matriz de pensamento liberal dessa organização de mundo iníqua produz e hegemoniza o entendimento de que as “desigualdades” são naturais, quando são fomentadas e reproduzidas por sistemas políticos que aproveitam a pobreza e as opressões para gerar lucro. A interseccionalidade propõe um estudo dos dispositivos de produção da diferença e da desigualdade procurando *continuidades discursivas e táticas* entre os diferentes *códigos ordenadores sociais*. Articulando as autoras expostas, é possível perceber que os diferentes discursos diferenciadores possuem semelhanças tanto em sua *produção política-discursiva* quanto nos *efeitos de precarização social* que provocam. Assim, é possível explorar as noções de “opressão” e de precariedade social a partir do pensamento pós-estruturalista, buscando evidenciar as estratégias e táticas de saber-poder que são operacionalizadas nos diversos programas de dominação⁹.

Ressalto, por fim, a importância da concepção de “inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo [, que] está localizada no arcabouço teórico feminista negro”, como traz o livro *O que é interseccionalidade?*, de Carla Akotirene (2018, p. 46). Segundo a autora, o princípio de *imbricamento das opressões*, o entendimento de um “sistema de opressão interligado” (Idem, p. 16), de “opressões cruzadas” (Ibidem, p. 15), apesar de ter sido cunhado como “interseccionalidade” em 1989 por Kimberlé Crenshaw (Ibidem, p. 53), já estava presente no pensamento de outras intelectuais negras, como nas obras de Lélia Gonzalez e de Angela Davis nos anos 1980 (Ibidem, p. 29), e já nos discursos de

⁹ Desenvolvo a questão da operatividade discursiva da dominação interseccional em ESPÓSITO, 2019a.

Sojourner Truth nos anos 1850 (Ibidem, pp. 20-21). A noção de imbricamento dos sistemas de dominação também é trabalhada nas obras *Em defesa da sociedade*, de Michel Foucault (2010), e *Couro Imperial*, de Anne McClintock (2010)¹⁰.

Como afirma Akotirene, “necessitamos compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade” (AKOTIRENE, 2018, p. 46). Mostra-se profícuo para a teoria interseccional e para a ciência política o debate sobre a *discursividade da dominação* proposto pelo pós-estruturalismo, que traz o estudo dos *dispositivos político-discursivos de subjetivação* racializantes e sexualizantes. A desnaturalização dos discursos hegemônicos e oficializados sobre a sociedade é fundamental para a problematização e para o desmonte de organizações sociais hierárquicas e exploratórias.

Referências

334

AKOTIRENE, C. (2018) *O que é interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Letramento.

ALMEIDA, S. (2018) *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento.

BUTLER, J. (1997) *Excitable Speech: A politics of the performative*. New York: Routledge.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1996) *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34.

ESPÓSITO, Y. B. (2019a) “Dominação discursiva e discursividade da dominação”. *Revista Pensata*, v. 7. Guarulhos: Editora Unifesp.

ESPÓSITO, Y. B. (2019b) “Generificação multisseccional ou racismo multissegmentário: o discurso da degenerescência e a naturalização da diferença”. *Periódicus – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, n. 11, v. 1. Salvador: EDUFBA.

FOUCAULT, M. (2014) *Aulas sobre a vontade de saber*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

FOUCAULT, M. (2010) *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

¹⁰ Desenvolvo a articulação entre essas obras e a metodologia interseccional em ESPÓSITO, 2019b.

- FOUCAULT, M. (1999) *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- MBEMBE, A. (2018^a) *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições.
- MBEMBE, A. (2018b) *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.
- MCCLINTOCK, A. (2010) *Couro imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp.
- MILLER, J. C. (1995) *Poder político e parentesco: Os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional.
- MOMBAÇA, J. (2016) *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo.
- MOMBAÇA, J. (2017). *Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala*. Buala, 19 de Julho de 2017. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>>. Acesso em: 26/01/2019.
- PRECIADO, P. (2014) *Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições.
- PRECIADO, P. (2008) *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe.
- PRECIADO, P. (2018) “La izquierda bajo la piel: Um prólogo para Suely Rolnik”. In ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, pp. 11-21.
- RIBEIRO, D. (2017) *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SAID, E. (1990) *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das letras.

Recebido em 18 de dezembro de 2019
Aprovado em 17 de fevereiro de 2020
<https://doi.org/10.31990/agenda.2020.1.11>

Necropolitical subjectivation and the materiality of poststructuralism

Subjetivación necropolítica y la materialidad del postestructuralismo

Abstract: The poststructuralist theories can be productive to current debates on race, sexuality, gender, and intersectionality. This article goes back to Michel Foucault's methodological proposals micropolitics and the genealogy of power, using the discursive technologies of domination and the biopolitical devices of subjectivation. Authors such as Achille Mbembe and Paul Preciado, operationalize Foucault's concepts by exposing how the discursive domination is linked to the necropolitical subjectivation of racialized and sexualized populations. The intersectional methodology shows that the social operation of a set of power regimes like racism, sexism, and capitalism build hierarchical and exploitative social organizations and produce precarious and violent living conditions. The micropolitical genealogical method discusses the state's centrality and neutrality and the structural economics present in the Marxist theories of orthodox bias; therefore, it contributes to the critic and the action against the several regimes of political and discursive domination that operate together.

Keywords: Micropolitics; Necropolitics; Intersectionality; Power-knowledge; Subjectivation.

Resumen: Las teorías postestructuralistas pueden ser productivas para los debates actuales sobre racialidad, sexualidad, género e interseccionalidad. Este artículo recupera propuestas metodológicas de Michel Foucault, como la *micropolítica* y la *genealogía del poder*, abordando las *tecnologías discursivas de dominación* y los *dispositivos biopolíticos de subjetivación*. En autores como Achille Mbembe y Paul Preciado, los conceptos foucaultianos están operacionalizados al exponer cómo la *dominación discursiva* está atada a la *subjetivación necropolítica* de los grupos de población racializados y sexualizados. La metodología interseccional destaca la operación social de un conjunto de regímenes de poder, como el racismo, el sexismo y el capitalismo, que en conjunto construyen organizaciones sociales jerárquicas y exploratorias, produciendo condiciones de vida precarizadas y violentas. La metodología *micropolítica-genealógica* cuestiona la centralidad y neutralidad del estado, así como el *estructural-economismo* presente en las teorías marxistas de sesgo ortodoxista; así, contribuyese a la crítica y el combate a los diversos regímenes de dominación política y discursiva que operan entrelazados.

Palabras clave: Micropolítica; Necropolítica; Interseccionalidad; Saber-poder; Subjetivación.